

ACÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO

RELATÓRIO DE ACTIVIDADES DE 2009



*O combate pela libertação e progresso do povo,
deve ser um estudo permanente nos campos
da educação, ciência e cultura.*

Amilcar Cabral

Republica da Guiné-Bissau

Relatório de Actividades da AD

Ano de 2009

A

O CONTEXTO POLITICO

O ano de 2009 ficou marcado por se ter atingido o pico da espiral de violência política que nos últimos anos vinha ganhando proporções crescentes e assustadoras. A morte de figuras políticas e militares que marcaram a história pós-independência da Guiné-Bissau parece ter sido o corolário de uma cultura de confronto e exclusão que eles próprios criaram e promoveram.

Poder-se-á agora abrir um novo ciclo de vida para os guineenses, se a cultura de permanente destabilização e conflitualidade que certos sectores usam como forma de atingir a qualquer preço o poder, der lugar a um programa nacional de desenvolvimento concebido em prioridades em que a grande maioria se reveja e se reconheça. Para isso os instáveis interesses partidários, quase sempre individuais ou de pequenos grupos subversivos, devem ser substituídos por uma abertura a outros actores, apenas interessados com a realização dos grandes desafios da Guiné-Bissau.

Isso pressupõe a discussão aberta, sem tabus e sem “Segredos de Estado” das questões de desenvolvimento mais controversas e determinantes para o futuro do país. Entre elas, há três que merecem ser escrutinadas, na certeza de que só quando se coloca a boa questão, se pode encontrar a boa solução.

A mais grave e que está a gangrenar todas as instituições do Estado é a do Narcotráfico.

A luta fratricida pelo poder, com uma frequência de mortes e assassinatos de pessoas ligadas ao poder militar e civil, mostra o grau de violência dos diversos cartéis que actuam no país e na região. A falta de uma classe política com sentimentos e práticas éticas e com uma consciência cívica, aliados aos baixos salários dos dirigentes e funcionários do Estado em geral, fazem da droga uma forma de enriquecimento rápido, ilícito e garantido, que beneficia não só os próprios como todos os elementos das respectivas famílias “alargadas”.

Pensar-se que é com a modernização da administração do Estado e com a reforma das Forças Armadas e de Segurança, que se vai combater o narcotráfico, é ignorar a natureza da classe política e militar que nunca investiu em actividades produtivas e sempre praticou um consumismo sôfrego e compulsivo como forma de estar na vida. Se se quiser procurar a origem da instabilidade que hoje mina os alicerces da Guiné-Bissau, tem de se considerar que a luta violenta para deter o poder ou uma parte dele, é o degrau para chegar ao tráfico de droga e ao conseqüente enriquecimento rápido e ilícito dos seus protagonistas.

O Produto Interno Bruto da Guiné-Bissau, baseado na exportação do caju, é o equivalente ao valor de seis toneladas de cocaína, a qual pode ser transportada num a dois meses. Dois ou três grandes carregamentos de cocaína que passem através da Guiné-Bissau têm uma enorme capacidade para corromper a sociedade, a elite política e demais serviços da administração pública. Estima-se que, nesta zona costeira da África Ocidental o tráfico de cocaína tenha passado de 1 tonelada em 2005, para 180 a 240 toneladas em 2009, o que promove a consolidação de um ambiente político volátil e facilmente conivente com essa prática, esvaziando as instituições governamentais da sua missão.

Sendo uma ameaça para os guineenses, o tráfico de droga é também ameaçador para os povos destinatários, pelo que o seu combate terá de ser cooperativo, tanto a nível interno como a nível internacional, em especial dos países destinatários, mais habituados a pressionar os países de passagem da droga, do que a combatê-los, quando são eles próprios a conhecer cada um dos traficantes e a deixar as suas instituições financeiras e bancárias engordar à custa do branqueamento da lavagem do dinheiro proveniente da droga. Os custos do combate têm de ser repartidos. Não se pode admitir que a Europa e América condenem os países africanos permissivos, quando eles próprios deixam passear nos seus países, traficantes por todos conhecidos e referenciados para depositar dinheiro proveniente da venda de droga.

A proliferação das indústrias extractivas usando métodos de rapina é a mais recente tendência e está a progredir de forma rápida

Sob o pretexto da falta de liquidez interna, da dívida externa e do não pagamento de salários em atraso, os vários governos que se seguiram, aceitaram hipotecar os nossos recursos naturais a empresas sem escrúpulos e ciosas de lucro fácil e imediato, não se preocupando minimamente em utilizar tecnologias agressivas para o ambiente. Acresce que certas lideranças governativas consideram que a entrega dos recursos naturais a essas empresas se trata de “Segredos de Estado”, portanto assuntos *tabu* a serem negociados e decididos à revelia dos órgãos de soberania, da sociedade em geral e das comunidades locais em particular.

A atribuição de blocos para a exploração do petróleo no Arquipélago dos Bijagós, registada como reserva Mundial da Biosfera, é feita com o absoluto desconhecimento do Parlamento, sendo apenas conhecido dos nossos poucos políticos-negociantes *bana-bana*, movidos por interesses financeiros pessoais e desconhecedores das tecnologias que minimizam a possibilidade de desastres ecológicos. Para além de facilitarem o recurso a tecnologias baratas e de exploração perigosa, não aceitam discutir a utilização e reinvestimento das receitas obtidas em actividades melhoradoras da vida das populações ou na criação de fundos ambientais de longo prazo.

O mesmo acontece com a exploração dos fosfatos de Farim, atribuídos a empresas sem background convincente e tranquilizador, e sem se saber publicamente em que condições financeiras, tecnológicas e humanas ela se irá processar. Os desastres começaram a surgir logo de início com a secagem dos poços de água das tabancas dos arredores, a deslocação aleatória das

populações residentes para locais sem nenhuma condições de habitabilidade e sem respeitar as tradições culturais.

Finalmente a última indústria extractiva a assentar praça no país, foi a da exploração de bauxite no Boé, feita com grande alarido de vantagens financeiras e de atribuição de empregos, mas que não parece ter esse como verdadeiro objectivo. Associado a esta iniciativa está a construção de um porto marítimo em Buba que rapidamente passou a ter uma dimensão regional, justificada pela construção de uma mega-estrada que já destruiu parte do Parque Nacional de Cufada e dividiu ao meio o futuro Parque de Dulombi, centro nevrálgico de concentração e passagem dos animais selvagens vindos do Senegal, Guiné-Conakry e Guiné-Bissau. Actuando a seu bel prazer, a empresa não só não promoveu estudos de impacte ambiental e técnico, como vai destruindo, à toa, a vegetação à procura do melhor local para implantar o porto. As regalias fiscais que lhes foram concedidas, obtidas sabe-se lá como, são gravemente penalizadoras para a Guiné-Bissau e muito aliantes para os “negociadores” nacionais.

A eventual hipoteca da soberania alimentar nacional não baseada nas estratégias de sobrevivência das comunidades locais é alarmante

A Guiné-Bissau está ainda a pagar a factura da imposição feita pelo Banco Mundial há mais de 20 anos, sobre a liberalização selvagem da economia, em que a produção alimentar local foi preterida a favor da importação de bens alimentares estrangeiros falaciosamente vendidos a preços mais baixos. Desde essa altura, a agricultura alimentar passou a um plano secundário, penalizando os pequenos agricultores de subsistência e agravando a produção de cereais, raízes e tubérculos, tendo-se baseado toda a política de segurança alimentar na produção de caju para exportação e na importação crescente de arroz, que atingiu valores próximos das 80.000 toneladas, contra as 15.000 toneladas do pós-independência.

O abandono da agricultura alimentar por parte das políticas governamentais, teve como consequência a fuga dos jovens do campo para a cidade à procura de condições de vida melhores da que os seus pais tiveram e estão a ter. Com a subida do preço dos produtos alimentares no mercado internacional e a baixa da cotação da castanha de caju, a insegurança alimentar tomou conta das grandes cidades da Guiné-Bissau e em menor grau das tabancas das zonas rurais.

Sem o mínimo pudor o Banco Mundial, 25 anos depois, reorientou a sua política alimentar, isentando-se da sua responsabilidade pela desestruturação do mundo rural, desmantelamento da pesquisa, vulgarização e serviços técnicos agrícolas, pelo surgimento da extrema pobreza e pelo atraso na modernização dos pequenos produtores agrícolas. Aproveitando a *onda*, as Nações Unidas vêm preconizar a segunda revolução verde, mais para dar saída financeira às grandes empresas multinacionais de agroquímicos e transgénicos, do que para redinamizar as pequenas explorações agrícolas responsáveis pela produção de alimentos no país.

Um dos exemplos dos perigos que se correm actualmente foi o surgimento de uma dessas empresas propondo a ocupação de 500.000 ha para a produção de purgueira (jatrofa) com o objectivo de obter biocombustível. Ao desviar os pequenos produtores da sua agricultura alimentar, está-se a contribuir directamente para uma diminuição da produção interna e a criar as condições uma maior dependência alimentar externa.

B

ASPECTOS MAIS RELEVANTES EM 2009

O ano de 2009 ficou marcado essencialmente por três pontos salientes:

1. Colocar a Vulgarização Agrícola na Ordem do Dia

A vulgarização agrícola na Guiné-Bissau foi ao longo dos anos perdendo terreno nas preocupações do Ministério da Agricultura, as suas estruturas foram definhando e o capital humano sofreu uma grande erosão. No entanto, ela nunca deixou de existir no terreno, feita pelos próprios camponeses, ONG, projectos, etc. continuando a pôr à disposição dos camponeses informações e conhecimentos para inovar e melhorar a sua produção, transformar e comercializar os seus produtos.

Dois características principais da nova situação são a limitada cobertura geográfica do país e a da metodologia se basear quase exclusivamente nos contactos directos entre os vulgarizadores e os agricultores. Daí a AD ter organizado em Novembro de 2009, durante três dias em Lemberem, o *Seminário sobre as novas formas de Vulgarização*, momento que reuniu técnicos e vulgarizadores experimentados da AD, de outras ONG, organizações de agricultores e a COAJQ de Canchungo.

Constatou-se que restaurar a vulgarização nos mesmos moldes dos anos setenta e oitenta é impossível pelo que exigem em recursos financeiros e de transporte, pelo que o que interessa é aproveitar as novas oportunidades que entretanto surgiram para combinar as tecnologias de comunicação com os contactos directos e a produção de conteúdos para a segurança alimentar e nutricional, o crescimento económico, o bem estar social e a conservação da capacidade produtiva dos recursos naturais.

A maioria dos Governos africanos têm falhado quanto à sua responsabilidade em investir no sector agrícola ao não promoverem investimentos públicos em infraestruturas físicas e institucionais, formação, pesquisa e vulgarização, o que se traduz no não desenvolvimento agrícola e no não investimento privado sério. Em contraponto, o exemplo do Malawi que, à revelia dos financiadores internacionais clássicos, optou por uma política de subvenção de sementes para a produção de milho, seu alimento de base, melhorou substancialmente o funcionamento da vulgarização atribuindo-lhe prioridades e objectivos claros tendo como resultado passar em três anos de país cronicamente deficitário à autosuficiência em milho.

Apesar da retórica política, os mercados agrícolas regionais merecem pouca atenção por parte das organizações regionais e dos Governos que pouco fazem para eliminar ou minimizar as diferentes barreiras que existem, mesmo sabendo-se que estudos recentes mostram que os mercados agrícolas regionais oferecem melhores perspectivas de futuro do que os mercados europeus, e isto porque:

- os mercados regionais têm um potencial praticamente ilimitado graças à urbanização das sociedades africanas
- há pouca concorrência do exterior para a maior parte dos produtos
- os países têm um poder de negociação comparável
- o valor acrescentado fica nas regiões
- as necessidades em divisas para apoiar as exportações são menos importantes do que quando se trata de exportar para os mercados europeus.

Com os mercados regionais a procura de produtos aumenta e com ela a necessidade de uma produção em maior quantidade e qualidade e a melhoria da competitividade dos agricultores e comerciantes da região. A maior procura nos países vizinhos é um estímulo para o aumento da produção o que requer, entre outras coisas, uma vulgarização eficaz que inclua a transformação dos produtos agrícolas que cria novos empregos, sendo o exemplo do Benin uma referência pela criação de micro e pequenas empresas, muitas vezes dirigidas por jovens.

No futuro próximo, os principais desafios da vulgarização estão mais relacionados com a produção de conteúdos das suas mensagens do que com a sua difusão, bem como com o acesso à energia eléctrica para o funcionamento de equipamentos de comunicação (e-mails, VOIP, Web 2, telemóveis, vídeos, *cinema móvel*, etc.).

Quanto aos vários modelos e técnicas de vulgarização agrícola, importa saber utilizar cada um deles pelo que de positivo e eficaz ele comporta, em vez de eger um modelo, que muitos nos pretendem impor, sob pretexto que é o mais “ideologicamente correcto”.

Tanto o *velho* modelo de **transferência de tecnologia** utilizado especialmente para as culturas de exportação com uma componente crédito e inputs, como o da *formação e visita*, promovido pelo Banco Mundial fazem do agricultor um receptor de tecnologias. Já o *triângulo tecnológico* representa uma tentativa de implicar o agricultor em todas as fases do desenvolvimento e da adopção das inovações agrícolas, sendo este um dos vértices e o pesquisador e vulgarizador os outros dois vértices.

Com o modelo do **desenvolvimento comunitário**, a vulgarização agrícola é um subproduto periférico da vulgarização rural, baseada em outras actividades. Se a animação comunitária é indispensável, já a resolução dos problemas técnicos ligados às sementes, pragas, gestão de água, transformação de produtos, etc. é determinante para a melhoria da produção alimentar e agrícola.

A **abordagem participativa**, ainda muito preconizada hoje em dia, visava consultar e implicar o agricultor em todas as fases da acção de vulgarização, sendo que na prática passou a ter uma forte componente estudos, inquéritos e diagnósticos prévios, com tendência para *enquadrar* o camponês desde o início do processo. Acabam por, de forma perversa, por fazer participar os camponeses nas iniciativas do projecto, em vez de ser o projecto a apoiar as iniciativas dos agricultores.

Nas **escolas de campo**, método utilizado no Níger, as sessões são animadas por técnicos agrícolas competentes que foram formados para este tipo de vulgarização e os alunos-agricultores participam em grupos de 20 a 25 pessoas em sessões de demonstração, formação e discussão organizadas em intervalos regulares ao longo do ano.

Com o modelo de **comunicação para o desenvolvimento**, parte-se do princípio que a solução técnica para os problemas do agricultor já existe e que o importante é conhecer as necessidades do agricultor, localizar a solução e fazê-la chegar ao agricultor. No caso da Guiné-Bissau, onde a pesquisa agrícola desapareceu há 20 anos, o grande desafio é ir à procura, no exterior, de alternativas técnicas para condições similares locais e pô-las à disposição do agricultor.

A **vulgarização por organizações camponesas** tem merecido uma grande prioridade por parte da AD com resultados positivos, embora se esteja ainda numa fase inicial. A intervenção da Cooperativa COAJQ e a formação para a luta contra a mosca da fruta feita por agricultores dinâmicos e competentes, têm sido um sucesso. A nossa ONG tem consciência que este método de vulgarização poderá vir a debater-se com problemas de produção de conteúdo e meios de deslocação e funcionamento. Por isso assumimos claramente a responsabilidade da produção de conteúdos.

Igualmente o **modelo baseado nos médias**, merece uma certa preferência da AD, considerando a existência de 28 rádios comunitárias espalhadas por todas as regiões e de 3 televisões comunitárias, embora possa reduzir os contactos directos com os agricultores. O aspecto determinante deste método é o da existência de técnicos que garantam assessoria às rádios e televisões e que os radialistas se assumam exclusivamente como comunicadores e não como técnicos agrícolas. O factor limitante é quando ele se concentra apenas nas funções de *informar*, *sensibilizar* e *partilhar*, correndo o risco de não promover inovações técnicas especificamente agrícolas e de não ter agentes de desenvolvimento e vulgarizadores locais que façam a ponte com os agricultores. O Centro Africano do Arroz, com sede em Cotonou, têm vários exemplos a oferecer.

Para que a vulgarização agrícola na Guiné-Bissau tenha um impacte real, impõe-se que haja uma coordenação entre os diversos actores do processo agrícola e respectiva divisão de responsabilidades. O Seminário de lembrar propôs que ao **Estado** competisse assegurar intervenções pontuais na agricultura como a protecção das culturas (mosca da fruta, pragas do arroz, gafanhotos), a criação de parques de máquinas regionais, a produção de pintos do dia e de rações animais, entre outros; garantir às ONG e organizações de

agricultores o acesso aos resultados da pesquisa, promover a formação e actualização de técnicos, líderes agrícolas e vulgarizadores, facilitar o acesso dos agricultores a fontes de financiamento, cooperar e concertar com as organizações representativas dos agricultores e com as ONG que trabalham nas zonas rurais; dinamizar as fileiras dos produtos alimentares e comerciais estratégicos, organizando circuitos comerciais de produtos alimentares, facilitando os mecanismos de exportação de produtos agrícolas e construção de um mercado central de produtos agrícolas (fruta, legumes, cereais, mandioca e batata).

Já às **ONG** competiria promover a introdução de técnicas inovadoras utilizando as rádios, televisões, filmes, cartazes, brochuras, estabelecer contactos com organismos especializados na produção e utilização de novas técnicas, apoiar a organização e funcionamento das associações de base, participar activamente na definição de estratégias de desenvolvimento rural (agricultura e infra-estruturação), apostar na difusão de tecnologias de transformação de produtos agrícolas e promover a criação de redes informais e formais de associações à volta de temas e assuntos *quentes*.

Quanto ao papel das **Associações e Cooperativas** seria a de garantir o apoio aos seus associados sem se divorciar deles, assumir um cada vez maior protagonismo na vulgarização, recorrendo aos seus líderes de referência, definir estratégias e prioridades agrícolas, defender os produtos estratégicos que podem ser produzidos localmente contra a sua livre importação do exterior (cebola, galinhas) e apostar na criação dos circuitos de comercialização dos produtos mais importantes.

As recomendações do Seminário de Vulgarização Agrícola de lembrar centraram-se à volta dos seguintes dois pontos:

Políticas e estratégias agrícolas das ONG e organizações camponesas para a implementação da vulgarização:

- a) definindo de forma precisa as suas prioridades, políticas e estratégias agrícolas, a partir das quais serão determinadas as suas estratégias e programas de vulgarização agrícola
- b) defesa dos produtos estratégicos que podem ser produzidos localmente (cebola, galinhas) contra a sua actual livre importação do exterior, apostando na criação dos circuitos de comercialização dos produtos mais importantes
- c) criação de momentos de reflexão, debate e formulação de propostas sobre o futuro da agricultura da Guiné-Bissau, em especial da segurança alimentar enquanto factor essencial de estabilidade económica, social e política do país
- d) Manifestar uma enorme preocupação e alertar os poderes políticos e a Sociedade Civil para as consequências altamente negativas da usurpação de terras por empresas estrangeiras e a projectada plantação de extensas áreas com purgueira para a produção de biocombustível na, com consequências directas na insegurança alimentar e nutricional nas regiões em causa (acesso às melhores terras e água); dependência das

regiões em causa e do país da importação de alimentos com preços e outras condições fixados no exterior; a desestruturação social das populações que perderiam o seu direito à propriedade própria e se transformariam em operários agrícolas nas suas próprias terras; a vulnerabilidade e a instabilidade económicas das regiões em causa que ficariam totalmente dependentes das prioridades dos investidores que fixariam as condições e modalidades das suas intervenções e que poderiam retirar-se assim que o “negócio” deixasse de ter interesse.

- e) manifestar a sua desaprovação pelos processos incorrectos praticados por certas organizações internacionais que fornecem sementes agrícolas sem qualidade alguma, causando prejuízos aos agricultores e pondo em causa a credibilidade futura das ONG com quem colaboram.



A vulgarização agrícola enquanto serviço fundamental para economia do país:

- a) Apoiar a decisão da AD de proclamar 2010 “Ano da Vulgarização Agrícola” em que se irão definir estratégias, metodologias e programas de trabalho concretos
- b) Sustentar a decisão da UPAI em definir o ano 2010, como “Ano da Mandioca” apoiando em termos técnicos, materiais escritos e audiovisuais
- c) Passar a realizar um Encontro sobre a vulgarização agrícola de dois em dois anos a que se chamará *Bienal da Vulgarização*
- d) Apostar profundamente nos jovens enquanto público-alvo preferencial da vulgarização agrícola, com especial atenção para as jovens raparigas rurais; na criação de empresas para a produção agrícola (fruticultura, transformação de produtos agrícolas e prestação de serviços ao mundo agrícola, como por exemplo, na área da maquinaria; na modernização dos métodos, técnicas e instrumentos de vulgarização agrícola.
- e) passar a implicar directamente jornalistas e radialistas nos encontros agrícolas para a sua melhor compreensão e empenho na vulgarização.
- f) criação e reforço de competências, através da formação de **radialistas e jornalistas**, nas áreas das novas tecnologias de informação e comunicação e a sua utilização na vulgarização agrícola; na formação de **técnicos** na área da metodologia, técnicas e instrumentos de vulgarização, na concepção, organização e funcionamento de serviços “questão-resposta”; na monitoria da aplicação dos resultados das actividades de formação e do seu impacto ao nível dos técnicos, radialistas/jornalistas e agricultores.

- g) produção de conteúdos pertinentes e precisos de mensagens de vulgarização; de materiais de vulgarização; definição dos medias e dos formatos mais adequados a cada caso.
- h) desenvolver contactos com estruturas dos países vizinhos e de outros países para melhorar o acesso às novas técnicas de vulgarização e a documentos e materiais necessários para as actividades de vulgarização.

2. As Televisões Comunitárias ao serviço do desenvolvimento local

Trata-se de uma iniciativa da AD que tem 8 anos de existência e que se vem afirmando de forma gradual, apesar das reservas iniciais que muitos lhe apontavam. A Oxfam Novib foi o único parceiro que aceitou correr o risco na procura desta nova forma de comunicação.

Em 2009, elas acabaram por ocupar um lugar incontornável na informação, comunicação e produção de DVD para as comunidades locais do nosso país, começando a ser reconhecidas pela qualidade dos seus serviços e pelo impacto das suas produções, especialmente na difusão de técnicas de vulgarização, no resgate da cultura nacional e na recolha de testemunhos históricos da luta pela independência da Guiné-Bissau.

As três televisões comunitárias promovidas pela AD têm características diferentes e usam métodos de comunicação diversificados.

A **TVKilé**, a mais antiga, criada em Setembro de 2001, assume-se como uma televisão “ambulante” organizando sessões na comunidade do bairro de Quelélé em Bissau (22.000 habitantes), ou noutros locais do país, como Canchungo, por exemplo. São emissões pontuais (não diárias), com uma periodicidade mensal em que a população é convocada a participar na apresentação de uma emissão de rua, da qual constam vários programas: noticiário das actividades da comunidade, um spot ou mensagem sobre a higiene, saúde ou agricultura, uma parte cultural (vídeo-clip ou dança e canto tradicional ou pequena peça de teatro) e finalmente o tema forte que irá ser o motivo de debate comunitário. Escolhe-se sempre um assunto que esteja na ordem do dia da preocupação das pessoas: comercialização dos produtos, falta de água, funcionamento das escolas públicas, higiene e saneamento urbano. À volta deste tema, a TVComunitária produz um filme de 20 minutos onde coloca o problema sob vários ângulos: quais são os problemas existentes? Qual a posição dos diferentes interesses em causa (mulheres, comerciantes, poder local, etc.)? Quais os desafios e eventuais soluções preconizadas? O filme pretende criar as condições de informação e sensibilização para que todos percebam o alcance do problema e possam participar activamente na discussão. Após a apresentação do filme-documentário sobre o tema central, abre-se uma fase de debate em câmara aberta, isto é, em que todos os que estão a assistir à emissão o possam seguir numa tela gigante onde se revejam e vejam os diferentes intervenientes. Isto ajuda normalmente a aumentar a consciência de que se trata de uma questão colectiva e que exige a intervenção e responsabilização individual para a sua solução. Por outro lado,

criam-se dinâmicas de acção e de entre-ajuda nos diferentes grupos sociais da comunidade.

Se a TVK é sobretudo uma televisão periurbana, já as outras duas, a **TVMassai** de Cantanhez e a **TVBagunda** de S.Domingos, são rurais, funcionando diariamente com o sistema “clássico” de emissões por ondas hertzianas, atingindo um raio de cerca de 15 Km. As emissões têm uma duração de 2 horas diárias, sendo o mesmo programa apresentado durante uma semana, isto é, só de 7 em 7 dias é que se faz um novo programa. No entanto, há a preocupação diária de introduzir o noticiário da televisão nacional oficial, para que a população tenha conhecimento do que se vai passando a nível nacional. Nestas televisões, porque rurais, são apresentados um maior número de programas agrícolas e ambientais referentes a novas tecnologias de simples utilização que podem ser vulgarizadas a nível local, como também de sistemas de cultura praticados pelos agricultores de referência, isto é, aqueles que praticam técnicas mais modernas e eficazes. Os programas de resgate das culturas das etnias da região são uma constante, permitindo dar a conhecer e valorizar as que são pouco conhecidas ou que estão em vias de desaparecimento. Outro dos temas motivantes é o da recuperação da história local de cada uma das etnias e da história nacional. A captação destas emissões é feita através de postos colectivos nas tabancas, normalmente nas Escolas de Verificação Ambiental (EVA), que dispõem de um sistema de postos de recepção que funcionam a energia solar.

Para a produção dos programas emitidos em cada uma destas TV, cada uma delas dispõem de:

- » um pequeno estúdio de montagem áudio-visual, dotado de equipamento muito simples de captação de imagem, sendo os filmes produzidos com recurso a uma mesa de montagem “Casablanca”;

- » um núcleo de cerca de 10 jovens da comunidade, a maior parte dos quais são estudantes que, em regime de voluntariado e após várias formações técnicas e jornalísticas, fazem os guiões, recolhem as imagens e produzem os filmes. Eles são formados para desempenharem o papel de animadores comunitários.

- » “actores” recrutados entre a população local para os filmes de vulgarização.

A estreita ligação com a AD enquanto associação de promoção do desenvolvimento, assegura que a vulgarização obedeça a critérios de prioridades agrícolas e garanta uma coerência na sua apresentação, evitando-se que elas caiam do céu sem serem acompanhadas pelos técnicos que estão a trabalhar no terreno com os pequenos agricultores. Exemplos mais recentes de produtos DVD destas TV comunitárias:

- » combate à mosca da fruta nos citrinos e mangueiros
- » introdução de novas tecnologias amigas do ambiente e que aligeiram o trabalho das mulheres: fogões de cozinha melhorados “**numo**” que permitem reduzir drasticamente o consumo de lenha e o abate de árvores da floresta; sal solar “**minda**” que reduzem o trabalho das mulheres e recorrem ao sol como única fonte de energia; fabrico de carvão pelo método “**mate**”, que produz carvão de melhor qualidade e com maior duração de consumo
- » repovoamento comunitário do mangal e do cibe

- » higiene pessoal e colectiva com acento tónico no bom uso da água
- » prevenção e tratamento das doenças mais comuns como a malária, cólera, diarreia

Todos estes produtos DVD assentam numa perspectiva de sensibilização dos destinatários e de demonstração clara de como e o que fazer, utilizando-se diferentes formas: através das emissões da TV Comunitárias (nas escolas EVA ou na esquina das ruas no caso da TV ambulante); projecções em seminários técnicos, encontros de agricultores ou reuniões comunitárias nas tabancas; na formação dos vulgarizadores, agentes locais de desenvolvimento e professores das EVA.



Vários aspectos merecem uma profunda reflexão e intervenção para se obterem melhores performances destas televisões:

- » do ponto de vista **técnico** há que encontrar uma melhor solução para os emissores (frequência irregular e avarias frequentes), a existência de técnicos de manutenção-reparação competentes e de sistemas de vídeo-montagem que se avariem com menos frequência e não deixar muito tempo os receptores parados devido a pequenas avarias (antena deslocada, fusível queimado, etc.).

- » do ponto de vista de **direcção** da televisão, há que encontrar soluções e incentivos para ter à frente delas jovens com uma maior visão e perspectiva do desempenho futuro que as televisões virão a ser chamadas a desempenhar, conciliando com o facto de todo o pessoal trabalhar em regime de voluntariado.

- » do ponto de vista da produção de **conteúdos**, há que haver uma maior articulação entre os técnicos da AD e os jornalistas das televisões para a concepção de programas agrícolas, assim como formações específicas para os jornalistas ligados aos aspectos culturais.

- » no que concerne ao **acompanhamento** e avaliação do funcionamento das televisões, há que constatar que ela não se faz de forma sistemática e consequente, mas apenas aleatoriamente e sem consequências práticas para a rectificação dos erros ou lacunas. Começa a ser importante conhecer o universo das pessoas atingidas, o funcionamento dos postos de recepção nas tabancas, o interesse que cada tema desperta nos diferentes grupos sociais, o impacto no seu bem estar e vida em geral, as sugestões e críticas da comunidade.

A imaginação, a força de vontade, o empenho e a melhoria constante dos conhecimentos das pessoas que dirigem, fazem funcionar ou apoiam as rádios e televisões comunitárias vão empurrando para mais longe os limites das TV comunitárias.

3. Repovoamento do mangal feito pelas EVA

Se um dos princípios sagrados das Escolas de Verificação Ambiental (EVA) é o da prestação de serviços à comunidade, lá onde ela está inserida, já o resultado mais visível é o de contribuir para **mudar a tabanca**, através da animação para a acção à volta de temas definidos como importantes para a vida dos camponeses.

A identificação dessa acção é sempre feita a partir de situações concretas, reais e vividas pela comunidade local e tanto pode ser identificada pelos professores (captura de ovos de tartaruga nas praias, corte de barbatanas dos tubarões), como pela comunidade (invasão de carvoeiros, caçadores, agricultores de outras regiões, ou problemas de falta de água, lenha ou invasão da água do mar), ou pela AD (experiências de outras regiões ou países vizinhos, antecipando os problemas que possam vir a ocorrer, erosão costeira, desertificação, baixa de fertilidade dos solos, secagem dos poços, diminuição dos recursos florestais e marinhos).

Segue-se uma reflexão a nível da Rede EVA envolvendo professores, técnicos da AD e de outras organizações (IBAP e UICN) onde se procura a explicação dos fenómenos e a forma de facilitar a sua abordagem com alunos e comunidade. É feita em cada EVA onde os alunos, através de passeios nas zonas em causa, abordagem nas aulas e desenhos feitos pelas crianças; a comunidade, através da abordagem preliminar aos líderes comunitários e aos mais velhos, se procura fazer a ponte entre o passado e o presente, compreendendo a explicação que a comunidade dá para estes casos.

O debate que se segue, procura sempre envolver poucas pessoas no início do processo e à medida que os assuntos vão ganhando mais relevo, aumenta a participação de todos, em que a Rede EVA e os técnicos da AD estudam as melhores formas de abordagem dos temas seleccionados como prioritários (equilíbrio entre o que a comunidade sente e o que os professores consideram urgente) e a comunidade, envolvendo directamente os chefes de tabanca, os velhos, os líderes respeitados, as EVA (professores e alunos) e os principais actores em causa (pescadores, carvoeiros, caçadores, extractores de ostra).

Prepara-se então a implementação da acção, escolhendo um único tema, mesmo sabendo que outros temas se cruzam com ele e poderão condicionar a sua implementação, sendo que, na altura devida, no decorrer da acção, se procurará conjugar as suas reciprocidades.

O tema forte de 2009 foi o do repovoamento do Mangal e Cibe, tendo sido envolvidas 9 EVA e respectivas comunidades, para uma acção absolutamente pioneira na Guiné-Bissau.

Uma prévia visita de estudo à Casamança, organizada em colaboração com a ONG parceira do Senegal, Oceanium, permitiu que alunos, professores e pais constatassem a dinâmica impressionante de repovoamento de mangal naquela zona, as razões que justificam o programa, as formas de engajamento da comunidade e as técnicas de plantação.

Cada EVA assumiu então a sua responsabilidade no repovoamento, definindo a área a plantar, as “sementes” de que necessitavam e as que se comprometiam a fornecer às outras escolas e o estabelecimento de um calendário para o mangal e o cibe. A Rede EVA assegurou a coordenação e colaboração entre as EVA, a organização logística, a produção de manuais com recomendações técnicas e o monitoramento do programa.



Em termos objectivos, 9 escolas EVA dos sectores de S.Domingos e Bigene (Varela-lale, Suzana, Cubampor, Tenhate, Djufunco, Edjim, Elia, Nhambalan e Quinhicam) procederam ao repovoamento de mangal (75 ha) e cibe (47 ha), sendo de assinalar que a taxa de sucesso foi maior no caso do repovoamento de mangal com *Rhizophora racemosa* (cerca de 90 %) do que do cibe, muito abaixo das expectativas. A explicação para este caso poderá encontrar-se na obtenção tardia de sementes e na sua plantação no final da época das chuvas.

C

ESCOLA DE ARTES E OFÍCIOS

Em 2009, a EAO prosseguiu o seu programa de capacitação de jovens como forma de combate à precariedade, à exclusão social e ao desemprego, especialmente no primeiro quadrimestre do ano, quando a situação política prevalecente obrigou a frequentes interrupções das aulas por longos períodos de tempo, acentuados pela dificuldade dos alunos em pagarem as propinas para os cursos de longa duração.

Para além dos cursos habituais e dos novos que foram introduzidos este ano, há a salientar alguns aspectos relevantes:

» com o Ministério da Educação Nacional, através da sua Direcção de Inspeção, iniciou-se o processo de legalização e homologação dos cursos realizados na EAO, que lhe vai conferir em 2010 o estatuto legal de funcionamento, que durante os 10 anos da sua existência nunca tinha tido.

» reforçou-se a política de maior inserção da EAO no mercado, indo-se ao encontro de potenciais organizações interessadas em promover a formação dos seus funcionários ou beneficiários, como por exemplo o Ministério do Interior para a formação dos seus quadros na área de informática, o PNUD através do seu programa emprego jovem, a ONG Solidarité Socialiste no quadro do seu programa Procivicus, o projecto “Nô na tissi nô futuro” e a venda

de serviços de formação no exterior da EAO ao PLAN INTERNACIONAL, na Região de Bafatá.

» a assinatura de um Acordo de parceria com o Instituto Politécnico de Leiria (IPL) para a capacitação técnica dos formadores da EAO e actualização dos conteúdos curriculares dos cursos, o qual irá criar novas oportunidades de formação e reciclagem dos professores da escola, bem como a realização de estágios de técnicos de ambas as instituições.

» a visita do Primeiro Ministro à EAO, sem dúvida o momento mais alto da vida da escola, uma vez que foi a primeira vez que a EAO teve a honra e prazer de receber a visita de um chefe de governo, que testemunhou o reconhecimento pelo trabalho que está a ser feito e pela esperança de ver a escola participar na capacitação de quadros, um dos maiores desafios da Guiné-Bissau.

Salientam-se também as inovações promovidas em 2009:

» a formação dos seus próprios professores e monitores na área da educação infantil, melhorando os seus conhecimentos técnicos, o gosto pela profissão, o espírito de sacrifício e vontade de vencer. Esta inovação, permitiu a escola ter uma maior capacidade de estender a sua formação a um público mais diversificado e longínquo, como a *Creche de Varela-lale*.

» a introdução de um novo curso de instalação, reparação e manutenção de painéis solares, como resposta às necessidades do mercado de trabalho e aos desafios dos problemas ambientais (utilização de energias renováveis).

» os formandos mais destacados do curso de educadores de infância, passaram a fazer as suas aulas práticas no CAI (Centro de Animação Infantil), assumindo a sua gestão e funcionamento num sistema de rotatividade durante os seus estágios, o que lhes permitirá consolidar a sua aprendizagem, através dum acompanhamento mais próximo e personalizado.

» introdução no programa curricular de uma nova componente, “metodologias de projectos”, que capacitará para a concepção e desenvolvimento de projectos de estágio: definição dos temas e objectivos, técnicas de recolha de informação e metodologia de execução das actividades.

» início do curso de reparação de computadores, tecnologia da placa mãe e formas de configuração de sistemas operativo, permitindo aos alunos estarem mais familiarizados com as componentes dos computadores mais modernos. Aumentou-se o número de computadores para as aulas práticas, os quais passaram de 1 para 5 alunos, para 1 para 2 alunos.

» na Unidade de Artes Domésticas e Culinária, foi afectada uma pessoa a tempo inteiro para a sua gestão, tendo-se introduzido um sistema de energia solar, que assegurou a existência da corrente eléctrica durante todo o dia, bem como se aumentou a capacidade para a realização dos seus cursos e se começou a fornecer serviços de alojamento e alimentação para hóspedes.



» reformulou-se o programa curricular do curso de Artes Domésticas e Culinária para ir ao encontro das necessidades e dificuldades dos formandos, tendo-se introduzido as disciplinas de informática, português e alfabetização de adultos.

1. Principais cursos realizados

1.1. *Curso de Educadores de Infância*

O curso funciona a três níveis: monitores (o mais elementar), auxiliares de educadoras de infância e agentes de educação infantil.

O nível de **Monitores**, baseia-se numa metodologia de ensino muito activa e prática que explora 12 diferentes temas: linguagem; psicomotricidade/jogos; expressão plástica, musical, dramática, dança; matemática; conhecimento do mundo; relação escola/família; higiene, saúde. Para consolidar os conhecimentos teóricos adquiridos, os formandos realizam observações de operacionalização prática desses temas no CAI. O nível tem a duração de 113 horas (65 teóricas e 48 práticas), permitindo aos monitores ter habilidades para cuidar e orientar o comportamento das crianças durante o decorrer das actividades educacionais; participar na organização e realização das actividades educacionais; saber organizar e explorar cantinhos do jardim infantil; auxiliar as crianças nas tarefas de cuidados e higiene pessoal, ajudando-as a comer, vestir-se, etc; acompanhar e cuidar das crianças durante as visitas, passeios e outras deslocações de âmbito educativo e/ou recreativo; manter a arrumação das salas e dos espaços de lazer e recreação.

O nível de **Auxiliares** de Educadoras de Infância, possui o seguinte perfil de saída: capacidade para planificar e executar uma aula sozinho; apoiar o educador de infância no desenvolvimento de actividades educativas; identificar alguns atrasos a nível do desenvolvimento linguístico, físico, intelectual e socioafectivo das crianças, assim como criar e desenvolver actividades e brincadeiras que estimulem esses atrasos.

Tem uma carga horária de 676 horas (476 horas em 5 módulos teóricos e 200 horas dedicadas à parte prática). Este ano foi introduzida a disciplina de informática para facilitar a organização das listas de presença das crianças, digitar pequenos textos (histórias, convocatórias para os encarregados de educação, elaboração de calendários de aniversários das crianças, etc.) e “power point” para organizar apresentações com as crianças, palestras, seminários com os pais e encarregados de educação.

O nível de **Agentes** de Educação, é o mais alto, estando o seu plano curricular em fase de concepção e construção, prevendo-se o seu início no decorrer de 2010, formando pessoas para construir, desenvolver, acompanhar e avaliar um projecto educativo para um grupo etário do seu estabelecimento de ensino.

Cursos em 2009

Cursos	Numero de inscritos		Número de desistências	Reprovados	Aprovados
	Rapazes	Raparigas			
Monitores	2	107	4	5	100
Auxiliar de Educadores de Infância	0	35	6	0	29
Total	2	142	10	5	129

As desistências estão relacionadas com a falta de pagamento das propinas e a opção de seguir outras áreas de formação que a EAO não dispõe.

2.2. Curso de Artes Domésticas

Foram realizados 2 cursos: um de fevereiro a maio com 65 formandos (62 mulheres e 3 homens) e o segundo que teve início em outubro e se prolongará por 2010, com 48 alunos (42 mulheres e 6 homens).



As aulas decorreram nas novas instalações da Escola de Hotelaria e Turismo, apoiada pelo Ministério do Trabalho e Segurança Social de Portugal, que dispõe de melhores condições de ensino-aprendizagem e está equipada com excelente material para as aulas, o que facilita que os formandos de mais baixo nível académico adquirir *saber-fazer*, até por ser um curso essencialmente prático. Teve-se a preocupação de se adaptar o curso aos interesses e dificuldades manifestadas pelos formandos.

Nos 2 cursos de 2009, verificou-se um total de 11 desistências, sendo o maior problema o atraso no pagamento das propinas. A EAO fez um esforço para contratar formadores qualificados.

2.3. Curso de Electrónica

Passou-se a efectuar uma *avaliação formativa* intercalar do curso ao invés da anterior avaliação final. A *avaliação somativa* foi alterada, isto é, os testes escritos passaram a ter um peso de 70% ao invés de 100%, como nos anos anteriores. Introduziu-se a realização de aulas de acompanhamento às sextas feiras, o que fez reduzir o número de alunos reprovados devido ao acompanhamento mais próximo e personalizado, constatando-se que a diferença entre a carga horária planificada e dada diminuiu.

Carga horária planificada e dada (comparação entre 2008 e 2009)

Modulos	2008			2009		
	Horas Planificadas	Horas dadas	Diferença de horas	Horas Planificadas	Horas dadas	Diferença de horas
Electricidade Básica	82	104	22	82	84	2
Electrónica Analógica	92	92	0	92	96	4
Electrónica Digital	82	84	2	82	86	4
Total	256	280	24	256	266	10

Foram realizados 2 cursos dirigidos a 69 jovens, registando-se 8 desistências.

Especialização em Manutenção e Reparação de Emissores de Rádio

Com a colaboração especial do técnico maliano Aziz Diallo, foi realizado um curso de reparação de emissores das rádios comunitárias, englobando 12 alunos. Constatou-se que o conteúdo e metodologia de ensino dos cursos de electrónica tinham de ser rapidamente reformulados. Incluindo a reciclagem dos formadores, actualização dos manuais de apoio e do próprio laboratório.

Especialização em “Hardware”

Em 2009, foram organizados 2 cursos de “hardware” com uma carga horária de 91,5 horas, distribuídas em 3,5 meses. A reformulação do manual, o aumento de número de computadores, o recrutamento de um novo formador, permitiu melhorar bastante o funcionamento do curso. Os formandos passaram a ter domínio de reparação de computadores modernos e as aulas práticas passaram a ser desenvolvidas em condições adequadas.



No final da formação, os alunos são capazes de montar e desmontar um micro computador, diagnosticar e resolver erros pós montagem, instalar e configurar sistemas de softwares, realizar a montagem de cabos de uma rede local simples e partilhar ficheiros e recursos numa rede

Curso de “Hardware”

Cursos	Numero de inscritos		desistências	Reprovados	Aprovados
	rapazes	raparigas			
1º curso	13	1	1	0	13
2º curso	18	1	2	0	17
Total	31	2	3	0	30

A desistência tem a ver com a dificuldade de pagamento de propinas e as reprovações devem-se à insuficiência de elementos de avaliação (falta às provas).

2.4. Curso de Instalações Eléctricas

Procedeu-se à reformulação do antigo curso de Electricidade, em termos de metodologia (maior ligação entre as aulas teóricas e práticas), cada aluno passou a ter uma bancada própria com placas ao invés de bancadas colectivas, redução da carga horária de 340 para 140 horas, manuais actualizados e perceptíveis.

Os alunos têm um *perfil de saída* que lhes permite identificar diferentes componentes eléctricos, distinguir diferentes esquemas eléctricos, incrementar um projecto de instalação eléctrica domiciliária, elaborar um orçamento de um projecto de instalação eléctrica domiciliária, efectuar a cablagem de um quadro de corte e protecção e respectivo dimensionamento, diagnosticar e reparar diferentes avarias electrodomiciliárias, efectuar uma instalação correcta de uma rede eléctrica domiciliária e instalar diferentes contadores de energia.

Cursos de Instalações Eléctricas

Cursos	Inscritos	Desistências	Reprovados	Aprovados
1º curso	61	1	0	60
2º curso	12	5	0	7
Total	73	6	0	67

As desistências estiveram ligadas à falta de pagamento de propinas.

Especialização em instalação-manutenção-reparação de painéis solares

Foi realizado o primeiro curso de painéis solares com uma carga horária de 79,5 horas distribuídas em 3 meses, tendo como objectivo a instalação e manutenção de sistemas de painéis solares. Isso implicou um grande investimento em termos de formação de monitores, aquisição de material e equipamento para as aulas práticas, elaboração de um manual de apoio adaptado à realidade local, definição e adequação dos perfis de entrada e saída dos formandos, objectivos e carga horária.



No final do curso os formandos serão capazes de determinar a posição-inclinação de um painel a instalar, diferenciar a influencia da temperatura e irradiação solar no processo de carregamento de acumuladores, definir e caracterizar diferentes tipos de painéis solares e acumuladores, efectuar vários tipos de ligação de painéis solares e acumuladores, diferenciar tipos de reguladores e inversores, identificar e caracterizar a potência de receptores de carga eléctrica, de forma a adaptá-los com a potência do sistema de instalação, calcular o número de placas e material necessárias para qualquer instalação, fazer a manutenção de um sistema solar, determinar o tipo de ligação em função da potência dos painéis e proceder ao levantamento e diagnóstico duma instalação solar.

A componente prática do curso decorreu fora da EAO, em casas e empresas identificadas pelos próprios alunos, como foi o caso da empresa Sunuker e quatro habitações no bairro Militar, Chão de Papel, Pefine e Safim.

Curso de painéis solares

Inscritos	data de início	data de fim	desistências	reprovados	aprovados
30	15/12/09	23/03/10	0	0	30

2.5. Cursos de Informática

Em 2009, foram organizados 6 cursos, com 303 formandos (175 rapazes e 128 raparigas), tendo-se registado 4 desistências devido a falta de pagamento das propinas. O curso é ministrado na óptica do utilizador, com a duração de 2 meses, tendo como componentes o Word, Excel e Internet.

Comparação entre os cursos de 2008 e 2009

2008				2009			
Número de cursos	Inscritos	Desistências	Finalistas	Número de cursos	Inscritos	Desistências	Finalistas
5,5	299	10	289	6	303	4	299
		3%				1%	

2.6. Cursos comunitários

Os cursos comunitários são realizados especialmente para pessoas sem escolaridade e estão ligadas a pequenas actividades informais geradoras de rendimento. Durante o ano 2009, foram realizados dois cursos: um de transformação de fruta e um de tinturaria e tingimento de panos.

2.6.1. Curso de transformação de fruta

O curso teve uma carga de 30 horas (12 de teoria e 18 de prática) distribuídas em 2 semanas. Foram contratados um formador para a parte teórica e um formador e um auxiliar para a parte prática, tendo sido formandos 24 pessoas (17 mulheres e 7 rapazes). Com este curso pretendeu-se valorizar um recurso agrícola (fruta) conferindo-lhe valor acrescentado, reduzir o desemprego juvenil e capacitar jovens para uma actividade geradora de receitas.

Abordaram-se temas relacionados com as técnicas de transformação de fruta, formas de fabricar compotas, higiene, cálculo de custos de produção (noções de matéria-prima, mão-de-obra, depreciação de material e equipamento, determinação do lucro, custo final do produto, preço de venda, saber diferenciar a receita do lucro e como aplicar a receita), marketing (noções de cliente, mercado, produto, concorrência; prática de técnicas de marketing).

2.6.2. Curso de tinturaria – tingimento de panos

O curso teve uma carga horária de 60 horas distribuídas em 3 semanas, tendo participado 24 pessoas (20 raparigas e 4 rapazes). Não houve nenhuma desistência. O objectivo foi o de produzir competências para o tingimento de toalhas de mesa, lençóis de cama, roupas, cortinados, etc., incluindo a parte prática de batik, técnicas de tingimento simples, tingimento de agulha, de chão

e de arreia e a parte teórica de cálculo de medidas e dosagens de tinta, cores e água.

2. Cumprimento das decisões da AG da AD de 2009

» **Legalização da EAO e reconhecimento dos cursos:** após ter-se conseguido pôr de pé uma escola profissional no verdadeiro sentido da palavra, dotada de capacidade formativa, de currículos adaptados e testados, de uma equipa de monitores competentes e de muita experiência, tornava-se prioritário obter o reconhecimento oficial da EAO e dos cursos por ela promovidos. O processo, porque burocrático, foi-se arrastando nos últimos anos, o que penalizava os alunos que frequentavam a Escola que corriam o perigo de não ver reconhecidos os seus diplomas. A AG da AD de 2009 decidiu que se devesse investir tempo para resolver a situação. Com a colaboração de alguns sócios da AD, a EAO conseguiu que o Ministério da Educação Nacional, Ciência, Cultura, Juventude e Desportos, no dia 17/11/2009, fosse vistoriada pela Inspeção Geral da Educação, o que se traduziu na emissão da Declaração de Reconhecimento de Funcionamento da Escola e seus cursos (Declaração Nº 21/IGE/2009), cuja publicação foi efectuada no Boletim Oficial nº 12 de 23 de Março de 2010.

» **Pôr a funcionar o Centro de Hotelaria:** decidiu a AG da AD de 2009 que fosse valorizada e amortizada o investimento nas instalações desta unidade, em particular no acolhimento de hóspedes e venda de serviços de restauração. Para isso foi contratada uma gestora que tem a seu cargo a gestão dos equipamentos e utensílios, o espaço (limpeza e manutenção de quartos, casas de banho, cozinha e espaço envolvente), o acolhimento dos hóspedes no que respeita as refeições. Foi reformulado o programa curricular do curso de culinária e artes domésticas, com a introdução de novas disciplinas, como a informática, o português e a alfabetização de adultos. Foi instalado sistema híbrido de electricidade (corrente alterna e solar). Procedeu-se à contratação de professores de *etiqueta e boas maneiras* e a separação de funções do coordenador do curso e da gestora do centro.

» **Diversificação de beneficiários e parceiros:** passou-se a publicitar os cursos nas rádios mais ouvidas no país (Pindjiguiti, Rádio Nacional, Rádio Jovem e Rádio Voz de Quelélé), a participar activamente nos seminários e encontros nacionais sobre formação profissional organizados pelo Ministério da Educação, Pnud e Unesco.

» **Novos cursos profissionais virados para o mercado de trabalho:** fez-se uma análise ao mercado e aos pedidos de formação dos jovens e empresas, pelo que a realização do curso de “Instalação e Manutenção de Painéis Solares” já é uma resposta ao mercado.

» **Criação da Associação e Banco de dados dos alunos da escola:** foi contratada uma pessoa para a constituição de um banco de dados dos alunos, criou-se uma equipe de alunos para a dinamização da associação de antigos alunos e pediu-se apoio financeiro à SOLSOC para a constituição de um programa de atribuição de fundos rotativos para os antigos alunos.

Apesar dos avanços há que persistir na promoção da “imagem da EAO” divulgando as suas actividades e resultados, na produção de desdobráveis, sendo mais agressivos nos contactos com os potenciais financiadores e empregadores dos ex-alunos e mantendo actualizado o site da EAO na internet. É prioritário estabelecer uma cooperação e contactos com organizações de formação profissional da subregião africana, em especial do Senegal, Mali e Burkina Faso, para a formação e reciclagem de monitores, para estágios para os ex-alunos. Há que criar mecanismos simples mas eficazes de avaliação da performance dos monitores uma vez que se constata lacunas e disparidades entre monitores dos mesmos cursos, pensando na sua formação pedagógica.

D

Os Programas Regionais da AD

Em 2009, prosseguiram os programas regionais que a AD incrementa nas suas 3 zonas de intervenção, Cubucaré-Quitafine, S.Domingos-Bigene e Quelele, podendo-se assinalar as actividades mais relevantes.

1. Programa de Apoio aos Agrupamentos do Norte (PAN)

1.1. Segurança Alimentar

a) Produção de Sal: foi introduzida a tecnologia solar de produção de flor-de-sal em 10 tabancas (Ingorezinho, Sintjan, Varela, Bantajam, Indojam, Sancoma, Serifocunda, Bairro Mulai, Boavista, Nema, S.Domingos, Cubampor e Brebe), apoiando 154 mulheres. Se o antigo processo de produção consumia grande quantidade de lenha, com um impacte ambiental negativo, o novo sistema tem a vantagem de eliminar o esforço das mulheres em irem buscar lenha para “cozerem” o sal, evitar o contacto com a temperatura do fogão e passarem a dispor de muito mais tempo para outras actividades, especialmente a apanha do caju que coincide com o fabrico de sal. Finalmente, a qualidade dos sal produzido é bastante superior ao obtido anteriormente, conseguindo-se obter com 10 litros de água salobra, 5 kg de sal iodado. Dois problemas são colocados pelas produtoras: os canteiros são pequenos, de forma quadrada, o que reduz a quantidade produzida e a dificuldade de acesso aos rolos de plástico. O primeiro problema está já a ser solucionado através de canteiros rectangulares de maior dimensão, enquanto que a compra de plástico poderá passar a ser realizada nas futuras lojas comunitárias.



b) Recuperação de Bolanhas: tem sido uma actividade centrada no sector de Bigene e que, com a colaboração da Associação dos Amigos de Barro, se tem revelado extremamente mobilizadora dos agricultores locais que, com o crescente défice alimentar, apostam na recuperação das bolanhas abandonadas como estratégia

para resolver a sua segurança alimentar. Este ano foram trabalhadas na zona de Bigene 16 bolanhas, onde se construíram 3000 m de diques de cintura principal anti-sal com uma largura de 5 m e procedido ao fecho de 3 braços de rio. Na zona de Ingoré foram recuperadas 5 bolanhas através da construção de 2100 m de diques, o que permitiu que sejam cultivados cerca de 800 ha.

c) Campanha hortícola: a divulgação e promoção de legumes começa a ter resultados positivos, notando-se um aumento do número de mulheres interessadas, de jardins hortícolas cultivados e de tabancas envolvidas nestas culturas geradoras de rendimento. Apoiaram-se 41 associações englobando 2426 mulheres e 58 homens, tendo-se distribuído 33 kg de sementes hortícolas. A procura das sementes disponibilizadas pela AD (cebola, cenoura, alface, pimento e tomate) sofreu este ano um acréscimo acentuado, uma vez que as “sementes” doadas por uma conhecida organização internacional especializada, apresentavam uma faculdade germinativa que ia dos 0 aos 50%, certamente compradas em *bana-banas* de agricultura.

d) Promoção da Fruticultura: a fruticultura ao longo da fronteira de Varela a Bigene, surge como um sector estratégico da economia desta zona e capaz de servir de motor para a modernização da agricultura e de melhoria dos níveis de rendimento das populações locais. Daí que a AD tenha promovido a realização de um levantamento da situação que permitisse, de forma objectiva e consequente, obter informações e linhas para a promoção da fruticultura e delinear uma estratégia para esta fileira.

Ficou evidente que a fruticultura se encontra ainda numa fase inicial incipiente e se debate com a “concorrência” do caju, que exige menos esforço financeiro, técnico e humano e que, porque tem um circuito de comercialização assegurado, propicia receitas financeiras sem grande esforço de investimento. O lucro líquido anual de cada fruticultor foi estimado em 450.000 CFA, por pomar explorado, mesmo se a fruticultura desta zona é pouco diversificada, baseando-se na cultura de mangos (70%) e de citrinos (30%) e não havendo operadores comerciais dedicados a estes produtos. A profissionalização dos fruticultores, com uma incidência especial nos jovens, a organização da fileira e o combate à mosca da fruta, são três linhas de actuação a trabalhar.

e) Combate à mosca da fruta: trata-se do principal factor de desencorajamento dos fruticultores que querem apostar noutras fruteiras que não o caju. A mosca da fruta, tanto a que ataca os mangueiros (*Bactrocera invadens*) como a que ataca os citrinos (*Ceratitis capitata*), é uma praga do continente africano que vem preocupando todos os países atingidos. A AD sugeriu ao Ministério da Agricultura a criação de um Comité Nacional de Combate à Mosca da Fruta, englobando os departamentos técnicos do Ministério, ONG que trabalhem neste domínio, organizações especializadas de agricultores, que possam delinear um programa de acção consequente, promover a formação de técnicos, vulgarizadores e fruticultores, assegurar a disponibilidade de produtos de combate e concertar com os países da subregião formas de intervenção comum. A instalação de um sistema de combate à mosca nos sectores de S.Domingos e Bigene (1125 armadilhas) deu os seus primeiros passos, mas constataram-se lacunas de organização e

de escolha de agricultores-vulgarizadores o que reduziu o seu impacto, sobretudo se se tiver em conta o sucesso total verificado na zona do PIC.

f) Construção do Mercado Comunitário de S.Domingos: em março concluiu-se a construção deste mercado comunitário que dispõe de 56 cacifos, 7 armazéns, 2 talhos, 1 hangar de 600 m² para a venda de legumes e frutas e 1 gabinete de administração. Este mercado visa estimular e valorizar a produção agrícola, especialmente a dos pequenos agricultores que, em consequência da fragilidade dos circuitos comerciais locais, sentem dificuldade em colocar no mercado os seus excedentes ou a procederem à sua transformação que lhes garanta um valor acrescentado que actualmente lhes escapa. Produtos alimentares como legumes, batata-doce, mandioca, fruta, óleo de palma e peixe, entre outros, passaram a ser comercializados em maior quantidade, com melhores condições de higiene e a preços mais remuneradores para os pequenos produtores. Igualmente os frutos florestais como a farroba, fole, malagueta preta e cabaceira terão a possibilidade de serem comercializados de forma financeiramente mais interessante e para um público mais numeroso. As trocas comerciais com o Senegal e a Gambia, contribuíram para uma maior integração económica dos 3 países e permitiu à Guiné-Bissau dispor de um mercado mais alargado para os seus produtos e satisfazer a sua demanda, em particular de óleo de palma, fruta e produtos silvestres. Igualmente o funcionamento deste Mercado irá estimular o aparecimento e afirmação de operadores comerciais nacionais. O aumento da área do Mercado, que em menos de um ano duplicou, o crescimento das suas infraestruturas (aumento de cacifos) e a importância que entretanto o *lumu* de S.Domingos adquiriu são indicadores evidentes do sucesso desta iniciativa. Há, no entanto que ter em atenção que o excesso de procura do mercado de certos produtos florestais, poderá potenciar uma sobreexploração dos recursos naturais com graves prejuízos para o já frágil ecossistema desta zona vizinha do Sahel. Uma regulamentação clara, realista e aceite pela maioria dos actores implicados, da comercialização de certos produtos florestais como vassouras, vinho de palma, lenha e carvão, entre outros, poderá ajudar a criar mecanismos para um uso durável dos recursos naturais.



1.2. Festival Cultural de S.Domingos

Foi um dos maiores acontecimentos culturais do ano na Guiné-Bissau, envolvendo cerca de 4000 pessoas entre participantes activos e espectadores, vindos de todas as tabancas da zona de S.Domingos e também da Casamança no Senegal. Pretendia-se com o festival mobilizar instituições e grupos sociais dos dois lados da fronteira senegalo-guineense, em particular associações locais, ONG, autoridades administrativas e grupos culturais, que melhor possibilitassem uma aproximação de interesses e de iniciativas que conduzam a um ambiente de cooperação e paz. As identidades e afinidades entre as comunidades dos dois lados da fronteira decorrem de aspectos ligados a actividades económicas, de produção, comercialização, de carácter social e cultural, que exigem uma conjugação e complementaridade de acções que

possam aumentar os níveis de confiança recíproca, partilhar dificuldades e destinos comuns, realizar programas de entre-ajuda, intervir de forma complementar para a resolução de conflitos locais e para o seu progresso e desenvolvimento. Isso facilitará a identificação de formas de gestão do território continental e marinho, potenciando as regras tradicionais numa perspectiva mais moderna que tenha em conta os novos desafios de uma economia de mercado, mais consumidora dos recursos naturais. A cultura, pelo envolvimento que consegue de jovens, mulheres, agricultores, pescadores, caçadores, autoridades tradicionais e administrativas, aliado a órgãos de comunicação comunitária como as rádios e televisões, pode representar um veículo de enormes potencialidades na aproximação dos povos fronteiriços e, assim, propiciar iniciativas entre os diferentes sectores sociais, o que contribuirá para uma sua maior afirmação e auto-estima das populações dos Parques Nacionais de Cacheu e da Casamança. Para a realização deste Festival onde participaram grupos culturais vindos de Varela, Suzana, Arame, Elia, S.Domingos, Ingoré, Cacheu, Canchungo, Bissau e Ziguinchor, houve uma estreita colaboração entre o Ministério da Educação Nacional, a Administração do sector e a AD, em que a Cruz Vermelha assegurou o fornecimento de água, administração viatura e combustível e géneros alimentares, os comerciantes, os serviços de alfandegas e imigração que facilitaram a entrada de pessoas vindas do Senegal e a direcção sectorial da educação que disponibilizou locais para o alojamento dos grupos culturais. De salientar a grande contribuição do grupo musical Super Mama Djombo no encerramento.

1.3. Centro de Formação Rural de S.Domingos (CENFOR)

- a) **Cursos de formação:** foram realizados cursos nos domínios de
- » informática: 1 curso com a duração de 70 horas para 15 professores das escolas EVA; 2 cursos envolvendo 24 participantes com a duração de 70 horas cada, para funcionários públicos (alfandega, serviços de imigração, saúde e viação), alunos e jovens de São Domingos.
 - » utilização de GPS: destinado a 14 professores e técnicos da AD, durante 1 semana.
 - » Manuseamento de máquinas fotográficas digitais: envolvendo 14 professores e técnicos durante 30 horas.

b) Abertura de um centro multi-média: os jovens de S.Domingos passaram a ter acesso directo à Internet através deste centro que dispõe de 12 computadores, funcionando 4 horas por dia e em que o custo horário é de 500 Fcfa.

c) Casa do Ambiente e Cultura de S.Domingos - Sala Verde: foi criada em 2009 esta CAC, com um importante número de livros (100) e documentos doados pelo CTA-Holanda, especialmente do domínio agrícola e desenvolvimento rural. A partir de agora, os professores, alunos, técnicos, investigadores ou leitores singulares, passam a ter acesso a um vasto repertório de informações e conhecimentos que os ajudarão no seu trabalho diário. Pretende-se incentivar o hábito de leitura, especialmente nos jovens, contando-se igualmente com a promessa, ainda por cumprir, da Secretaria de

Estado do Ambiente na doação de um computador ligado à internet e de documentos de carácter ambiental, fornecidos pelo Brasil.

d) Rede EVA: o Cenfor passou a assegurar a coordenação da Rede EVA do norte do país, envolvendo as actuais 11 escolas filiadas. Registou-se um notório avanço na ligação da escola à comunidade, através da prestação de serviços, introdução de inovações, mobilização para trabalhos comuns entre pais e alunos, maior participação e presença dos pais na escola (alfabetização, por exemplo). Se houve um bom trabalho com os professores no domínio da animação comunitária, restam agora dois aspectos a desenvolver.

- » com os professores, um maior acompanhamento e capacitação profissional e pedagógica para poderem valorizar nas aulas as questões ambientais identificadas por cada escola;
- » com os alunos, um trabalho específico de animação que lhes permitam um maior desabrochamento, comunicabilidade e capacidade de expressão dos seus sentimentos e conhecimentos.

O desafio à volta do qual as EVA se devem centrar e programar a sua intervenção junto da comunidade é a da construção de uma “Escola para Mudar a Tabanca”.

e) Alfabetização via televisão: a experiência piloto iniciada em 2008 em S.Domingos com as mulheres comerciantes do mercado, surtiu um bom efeito, desenvolvendo um grande entusiasmo e interesse, não só das próprias alfabetizadas, como das suas colegas de trabalho e nas outras tabancas do sector. O novo método, conhecido por “Alfa-Tv”, baseia-se numa aprendizagem dinâmica animada por “aulas” transmitidas por um televisor e pela presença de um facilitador, compreendendo duas fases: uma designada por “sim, eu posso!” e outra “sim, já sei ler!”. Este ano foram instalados sistemas de televisão e vídeo em 8 escolas, cujo funcionamento é assegurado por energia solar, graças ao apoio do Reino de Espanha e de Cuba que assegura o acompanhamento técnico. Neste programa estão envolvidas 400 mulheres e homens. Se o interesse por este sistema de alfabetização é evidente, há no entanto que começar a reflectir sobre 2 aspectos determinantes: os temas das aulas de vídeo ganhariam muito mais se estivessem adaptados às condições da Guiné-Bissau; há um desconhecimento sobre o funcionamento da segunda fase (*sim, já sei ler!*) o que bloqueia a evolução dos círculos que acabam a primeira fase.

2. Desenvolvimento Urbano de Quelélé



Um dos aspectos mais marcantes de 2009 foi o da inauguração do Estúdio de Gravação **BISSOM**, instrumento para a: promoção de jovens cantores guineenses, especialmente os que vão sendo revelados pelas rádios comunitárias guineenses, dando uma especial atenção aos cantores das zonas rurais e que, por isso mesmo, têm menos oportunidades e ocasiões para se afirmarem a

nível nacional; resgate da música tradicional e étnica, dando a conhecer as manifestações musicais da riqueza cultural que representam as 32 etnias que constituem o povo guineense, recuperando e valorizando-as sob formas mais elaboradas e estilizadas; produção de álbuns de música de excelente qualidade, apoiando grupos musicais na edição de colectâneas de músicas de elevado valor artístico e que desempenharão um papel de relevo no estrangeiro, dando a conhecer e reforçando uma imagem da Guiné-Bissau como país de cultura; criação de uma fonoteca que salvguarde para o futuro todas as manifestações musicais existentes no país e que sirva de acervo documental para os que pretenderem vir a realizar estudos e pesquisas; produção de DVD em colaboração com as televisões comunitárias de Klélé, Massar e Bagunda, aliando a imagem para a produção de vídeo-clips a serem difundidos via internet e televisões oficiais (TGB, RTPA, CFI, etc.); formação de músicos em termos de valorização da sua voz e de jovens para o melhor domínio de técnicas de registo, gravação e edição; organização de campanhas de lançamento de álbuns de CD e DVD tanto na Guiné-Bissau como no estrangeiro, incluindo a sua duplicação e edição de capas. O primeiro grande desafio da *BISSOM* será o lançamento do primeiro álbum musical do Grupo “*Fidalgos*”, que terá como título “*Ai Guiné!*”, com 7 temas musicais e cuja saída está prevista para Junho de 2010, antes das férias grandes.

Quanto à Associação de Moradores de Quelélé (AMQ), registam-se um conjunto importante de acções como a formação em informática e electricidade dos seus membros, a legalização da Rede de Associações de Moradores de Bairros de Bissau (RAMOB), o reforço institucional do Centro Juvenil, a realização do IIº Encontro da RAMOB, a criação de um Fundo Rotativo, a campanha de sensibilização contra a cólera no bairro, a promoção do saneamento básico através da remoção do lixo e a organização do Carnaval.

3. Programa Integrado de Cubucaré (PIC)

3.1. Reabilitação de Bolanhas de água salgada

Foi implementada nas tabancas de Caboxanque, Catés, Botche Fula, Fabrat e Canamina, a reabilitação de antigas bolanhas cujos diques de cintura foram destruídos pelas marés vivas, mas que possuem grandes potencialidades de produção orizícola. Construíram-se diques de cintura (7481 metros), diques interiores, canais de drenagem (3318 m) e colocaram-se 56 tubos de drenagem em PVC, tendo-se conseguido recuperar 1141 ha. Ao promover-se a organização dos agricultores em grupos de trabalho temáticos, neste caso de produção de arroz, as actividades deixam de se limitar apenas à recuperação de bolanhas para se estender à distribuição e produção de sementes, combate às pragas e prestação de serviços aos outros orizicultores. Em 2009 foram distribuídas de forma criteriosa e segundo as características dos arrozais, 18 toneladas de sementes de três variedades diferentes (Kablak, Yaka, Banimalu), 50 litros de pesticida, 2 atomizadores e 4 pulverizadores para as brigadas das 5 tabancas. Em Caboxanque, foram distribuídas para este trabalho de recuperação de bolanhas, 115 enxadas de fabrico local e 118 catanas; o que permitiu a valorização dos artesãos locais.

3.2. Valorização dos pequenos vales interiores (bas-fonds)

Seis tabancas foram apoiadas para a diversificação da produção alimentar com outras culturas que não o arroz, tendo recebido 129 *marraduras* de corda de batata-doce, 75 kg de feijão mancanha e 267 estacas de mandioca da variedade *Colio*.

3.3. Transformação e valorização de produtos locais

a) **Prensas de óleo palma:** 12 tabancas (Catés, Djaiuí, Luanda, Cafal, Cabedú Ponte, Djana, Cabedú Centro, Cancode, Catchamba, Fabrate e N'Gaduru) receberam 15 prensas manuais

b) **Moinhos de mandioca:** 2 moinhos de mandioca foram instaladas nas tabancas de Cameconde e Gandembel, zonas de maior produção do sector de Cacine e Bedanda.

3.4. Fruticultura

Apoiaram-se os viveiros dos melhores fruticultores de Cubucaré, Ansumane Culibali, Camisa Mara, Abubacar Camará (Tchara) e Suleimane Cassamá, os quais beneficiaram de sacos de viveiro, facas de enxertia, tesouras de poda e o fornecimento de espécies de fruteiras como a toranja, papaia e tamarindo. À volta destes fruticultores de referência foram criadas 4 brigadas para a luta contra a mosca da fruta, as quais forneceram aos outros fruticultores 50 Litros de *malatião*, 100 Frascos de *methyl eugenol*, rolos de algodão e arame para pendurar as armadilhas. Estas brigadas ensinam técnicas de luta e tratamento e dão apoios pontuais aos fruticultores memos avançados.

3.5. Horticultura

Sete tabancas de Cubucaré (Iemberem, Cabedú, Madina, Tubandim, Farim, Catés e Cadique) e três tabancas de Quitafine (Cassacá, Kawali e Berlim) receberam 13 kg de sementes de legumes.

3.6. Formação e Visitas de Estudo

a) **Visita à Casamança:** um grupo de 4 fruticultores do Sul e 2 técnicos da AD, realizaram uma visita de estudo para a aprendizagem de técnicas de luta contra a mosca de fruta. Após o regresso foram realizadas sessões de restituição aos fruticultores, que se traduziram na criação de 4 brigadas de intervenção, com a responsabilidade de cobrir no mínimo 8 tabancas numa média de 20 agricultores por tabanca.

b) **Formação de Guias de Ecoturismo:** foram formados os melhores guias para passarem a ser formadores de guias ecoturísticos não só em Cantanhez como em outros Parques Nacionais.

3.7. Construção de infra-estruturas:

» Em **Guiledje:** foi construído o Núcleo Museológico e reconstruída a Capela e a Almadjadja

» Em **FaroSadjuma:** foi concluída a construção de 3 bungalos

» Em **leberem**: foi reconvertida a Casa Ambiente e Cultura em alojamento com a capacidade para 8 camas e um salão de conferências; construído um restaurante/bar; a sede da UAC foi reabilitada

» Construção de 7 **latrinas** em 7 tabancas no sector de Cubucaré

» Reabilitação de 4 **fontanários** com a instalação de bombas, sendo 2 em leberem, 1 em Djauia e 1 em Catés.

3.8. Outras actividades

» Um grupo de jovens beneficiou de equipamento de som para uma discoteca em leberem.

» foi realizada uma sessão de sensibilização de luta contra a cólera e desinfectação de poços de água.

» criou-se um fundo rotativo destinado principalmente ao apoio à campanha de extracção do óleo de palma para as mulheres.

E

MUDAM-SE OS TEMPOS MUDAM-SE AS VONTADES

A presença de ONG estrangeiras na Guiné-Bissau remonta ao período da luta pela independência nacional, da qual se salienta a significativa colaboração do Conselho Mundial das Igrejas que se prolongou ainda durante muitos anos após a independência. Até ao início dos anos 90 a intervenção das ONG europeias e americanas caracterizou-se pela sua parceria com certos departamentos e organismos estatais que intervinham directamente junto das comunidades rurais. O caso de alguns projectos integrados, de entre os quais o PIC, é disso um exemplo.

Com o surgimento de grande número de ong guineenses, nos anos 90 e 91, o eixo das parcerias deslocou-se do Estado para as ONG guineenses, facto que provocou uma enorme onda de ciúmes e incompreensão por parte de alguns departamentos estatais e respectivos funcionários públicos, os quais, não percebendo os sinais do tempo, declararam “guerra” às organizações nacionais que lhes estavam a “roubar” os recursos e “meios” de que se julgavam exclusivos proprietários.

Durante estes vinte anos de cooperação foi-se assistindo a uma mudança gradual do posicionamento, convicções, metodologias de intervenção e formas de relacionamento das ong estrangeiras a intervirem na Guiné-Bissau. Algumas, sem dúvida poucas, as chamadas **ong de convicção**, continuaram a privilegiar o seu engajamento com as dinâmicas de desenvolvimento das ong e comunidades locais guineenses, fiéis ao seu ponto de partida de partilha de valores, ideias e compromissos, numa base de solidariedade activa para com os desafios que se nos deparam. Para estas, as ong nacionais continuam a ser organizações com personalidade própria, visões formuladas na base de uma vivência e luta ao longo dos anos e com quem têm um relacionamento de dignidade e respeito.

Outras, as **ong de execução de serviços**, foram-se travestindo ao longo dos tempos. Começaram fortemente engajadas com o movimento de reforço das

capacidades dos países e organizações locais em assumirem eles próprios os seus desafios e processos de desenvolvimento. Com o decorrer dos anos foram ficando cada vez mais sensíveis aos argumentos de certos financiadores que lhes foram exigindo e “impondo” prioridades, metodologias de trabalho e formas de organização que as afastavam da sua génese para se aproximarem de forma assustadora dos conceitos organizativos dos novos “*donos*”. Algumas, mais pequenas, foram forçadas ao *suicídio*, acabando integradas e engolidas por outras, maiores, para satisfazer as exigências de financiamento de governos preocupados em não ter um grande número de interlocutores. Começaram, pouco a pouco, a transformarem-se em agências de execução das políticas dos países europeus, cansados de verem os governos locais desbaratarem os fundos postos à sua disposição. Algumas delas andaram hibernadas em penosos e intermináveis processos de reflexão interna sobre o seu papel, a sua forma de organização e as suas prioridades temáticas. Foram, assim, perdendo a alma e ganhando “profissionalismo”, rendidos às virtualidades da burocracia das novas formas de gestão de projectos que privilegiam mais o gabinete que o campo, a forma que o conteúdo, os relatórios que os resultados práticos. As suas opções deixaram-se de se basear em valores éticos e morais, desvirtuaram-se e despistaram-se, acabando por transformar o desenvolvimento da Guiné-Bissau numa mercadoria gerida por critérios economicistas, de oportunidade e de conquista do mercado de financiamentos. Enfim, actualizaram o carácter...

Finalmente e muito recentemente, começaram a surgir um grande número de ***ong transgénicas***, dotadas de um ADN completamente reconvertido aos valores do livre comércio do subdesenvolvimento e que aparecem e se esfumam em função dos financiamentos de ocasião postos à disposição pelos doadores internacionais. Veja-se a proliferação destas ong que se despenduram diariamente em Bissau a um ritmo impressionante e que vertiginosamente se espalham por todo o país, sem preocupações éticas ou deontológicas, indo intervir lá onde já se encontram em curso dinâmicas comunitárias promovidas por outras ong nacionais, ocupando o mesmo espaço e os mesmos temas de desenvolvimento, plantando as suas bandeiras por tudo quanto é sítio visível e chegando ao ponto de aliciar os quadros dessas ong. Tal como chegaram, um dia, de repente, quando o *negócio* não estiver de feição, e sem dar cavaco a ninguém, irão demandar outras paragens, *mercado oblige*.

Nos últimos tempos, assistimos à chegada em força de ***projectos de tipo caritativo***, sobretudo nas áreas da agricultura e da saúde, que descarregam sem nenhum critério de durabilidade, material, sementes, máquinas e postos de saúde nas zonas que supostamente (?) necessitam de apoio. Esta nova modalidade envolve não só as ong estrangeiras como organismos internacionais especializados que, com uma perna às costas, escolhem com *transparência* (como havia de ser, pois então!) organizações locais dispostas a serem *meninos de mandado* e que se prestam a distribuir, por preços de ocasião, toda essa parafernália de material, ao primeiro que apareça e sem a mínima preocupação de apoiar o surgimento de uma dinâmica de desenvolvimento, ou de consolidar uma que já exista, ou assegurar a durabilidade dessa intervenção avulsa. Como consequência cria-se uma cultura de mendicidade em que as comunidades ficarão todos os anos à

espera que os outros lhes venham resolver os problemas. É que há uma diferença abissal entre dar sementes agrícolas todos os anos aos mesmos e criar uma rede de agricultores-multiplicadores que assegurem a existência de sementes em todas as regiões do país. No passado, o DEPA provou que era possível existir na Guiné-Bissau uma política consequente neste domínio. Mais grave ainda é quando uma organização estrangeira especializada dá gato por lebre, isto é, distribui sementes não certificadas, compradas a *bana-banas* de material agrícola em que a faculdade germinativa (isto para não falar da pureza específica e varietal e do seu poder germinativo) estão abaixo de 50%. Ou é incompetência, ou irresponsabilidade ou estamos perante o que se chama de “corrupção discreta” que grassa neste país.

Outro dos aspectos notáveis destes tempos modernos, é o da tentativa de descredibilização da competência dos quadros nacionais, como forma de justificar o envio de **rapaziada nova**, recém-cursada, sem experiência alguma de terreno, sem dominarem minimamente os conceitos teóricos e práticos do desenvolvimento e que apenas são ouvidos porque ao chegarem ao país, metem a mão no bolso, puxam pela carteira, metem-na em cima da mesa e, do alto da sua sobrançeria e deslumbramento, clamam: *chegou o Pai Natal!* Vamos distribuir fundos.

É uma rapaziada do tipo “*inter-rail*”, passeiam pelo mundo inteiro sob o chapéu do subdesenvolvimento, estão sempre de passagem, não chegam a conhecer nada e nada aprendem, convencem-se que o mundo começou com eles, que eles são o *big-bang* e permitem-se dar aulas técnicas a quem passou a vida a queimar pestanas e que têm a modéstia de reconhecer que o muito que ainda têm de aprender será...com aqueles que sabem.

Afinal, cada tempo tem o seu colonialismo...e o seu combate.

E

PARCEIROS DA AD

No ano de 2009 prosseguiu-se o alargamento de contactos a novas ONG, dando seguimento à nova política da AD de dar prioridade à diversidade de parceiros do que à aposta em parceiros estratégicos, preservando a nossa independência de pensamento e acção, evitando ficar condicionada por imposições de metodologias e conceitos que nos são estranhos e desadaptados à realidade do terreno.

Segundo os países, a situação das parcerias da AD em 2009 apresentaram-se da seguinte forma:

a) *HOLANDA*

Com a **NOVIB** preparou-se e foi aprovado um novo projecto “*Comunicar para unir, para desenvolver, para democratizar*” com a duração de 2 anos (2009-2011), no valor de **235.000 euros** com o objectivo de reforçar o programa dos *médias* comunitários organizados à volta da Renarc. Foi-nos comunicada a

decisão desta ONG deixar de financiar projectos na Guiné-Bissau, no quadro da reestruturação que vinha sendo concebida de há vários anos a esta parte. A AD integrou um movimento englobando ONG nacionais e estrangeiras, bem como figuras públicas holandesas com o objectivo de sensibilizar a Novib para rever a sua posição. Mesmo que a curto prazo não se consigam resultados, a movimentação feita marcou um momento com consequências dentro de 4 a 5 anos. Não só é importante mantermos a nossa parceria com a Novib, pela qualidade dos resultados obtidos, como também pelo facto de ser um parceiro histórico, profundamente preocupado e engajado com as dinâmicas de desenvolvimento comunitário.

Com a **UICN/Holanda**, através do seu Programa de Subvenção para os Ecossistemas (EGP), prosseguiu-se o projecto “*Restauração do ecossistema de mangal degradado para a melhoria dos meios de existência das populações ribeirinhas da área protegida de Cacheu*” iniciado em 2008 com a duração de 2 anos, No valor de **70.000 euros** e visando o repovoamento do mangal, a promoção de culturas alimentares e a introdução de tecnologias amigas do ambiente no arque Nacional de Tarrafes de Cacheu. Este projecto terminará em Maio de 2010, mas a sua excelente performance e as boas relações com esta ONG fazem antever a possibilidade de prosseguir a cooperação.



Com a **ICCO** iniciou-se um projecto de “*Democratização descentralizada e construção local da Paz*” com a duração de 1 ano (Junho de 2009 a Junho de 2010), no valor de 75.000 euros, com o objectivo de reforçar as associações de mulheres, capacitar os jovens fruticultores e promover uma maior tolerância social, diálogo intergrupos e respeito pela cultura dos outros. Em meados de 2010 vão decidir se continuam com os projectos na Guiné-Bissau, mas tudo parece indicar que sim, face aos bons resultados dos projectos dos seus parceiros guineenses.

b) PORTUGAL

Com o **Instituto Marquês Valle Flor (IMVF)** desenvolvemos os seguintes projectos:

» o **Projecto Uanam**, financiado pela União Europeia por 4 anos no valor de **748.618 euros**, terminou em Dezembro de 2009, tendo-se afirmado como o melhor projecto que realizámos com o IMVF. Concluiu-se a primeira fase de criação de infraestruturas de ecoturismo tanto em lembrem como em FaroSadjuma, potenciando o papel da agricultura, comercialização, saúde e ensino ambiental na zona de Cantanhez.

» o **Projecto Konkobai**, financiado pela União Europeia no valor de **496.918 euros**, terminou em Abril de 2009, tendo tido como seu ponto mais alto a inauguração do Mercado Comunitário de S.Domingos, feita em março pelo Senhor Primeiro Ministro da Guiné-Bissau.

» o **Projecto Woncame**, financiado pela União Europeia no valor de **547.439 euros**, terminou em Dezembro de 2009, após 3 anos de execução no domínio da segurança alimentar em Cubucaré e Quitafine. O reaproveitamento

das bolanhas salgadas abandonadas e a introdução de pequenas unidades de óleo de palma e de farinha de mandioca foram os aspectos mais salientes.

» o **Projecto de dinamização dos circuitos comerciais no Norte**, surge no seguimento do antigo projecto *Kasumai*, pretendendo potenciar os resultados por ele obtidos. Com a duração de 4 anos (2009-13), teve o seu início em Fevereiro de 2009 e dispõe de um financiamento de **650.000 euros**.

» o **Projecto de percurso dos Quilombos de África para o Brasil e o regresso às origens**, absolutamente inovador no conceito e estimulante na forma de cooperação terá a duração de um ano e meio, no valor de **44.635 euros**, com o início em Novembro de 2009. O seu ponto mais alto será a realização do Festival Quilombola em Cacheu, em Novembro de 2010, com a vinda de grande número de brasileiros, descendentes de antigos escravos guineenses levados para o Brasil há mais de 400 anos.

O **Ministério do Trabalho e Segurança Social (MTSS)** continuou o apoio à Escola de Artes e Ofícios de Quelélé, através do projecto "*Formação Comunitária e Profissional no bairro de Quelélé*", com um financiamento de **125.800 euros**, o qual serviu para a realização de cursos de educadoras de infância, artes domésticas e culinária, painéis solares, hardware e apoio ao centro de animação infantil. Este projecto terá a sua continuidade assegurada em 2010.

A **Fundação Mário Soares** participou na concepção e montagem do núcleo museológico de Guiledje, em especial na sua estruturação interna, doação e montagem de equipamentos vídeo, computadores, painéis e documentos, o que fez com que o Museu seja uma das actividades de que a nossa ONG mais se orgulha nos seus 18 anos de existência.

A **Escola Superior de Educação de Leiria** e a AD assinaram um convénio que prevê a colaboração com os Institutos Politécnicos de Leiria e Peniche, que inclui a apresentação conjunta de propostas a concursos na área da formação, envio e recepção de jovens estagiários ou de futuros monitores da EAO e missões pontuais de assistência técnica.

Com **Associação "Ajuda Amiga"** iniciámos uma colaboração que começou pelo fornecimento de material e livros e que em 2010 vai abarcar igualmente equipamento escolar e informático para as escolas com quem a AD trabalha e na concretização do Projecto "Comunicar" entre uma escola de Paço de Arcos e outra de Quelélé.

c) **BÉLGICA**

Com a **Solidarité Socialiste**, prosseguiu-se o projecto "*Procivicus*", iniciado em 2008 e que terminará em 2011, em colaboração com 3 outras ONG guineenses (AifaPalop, Adim e Nimba), no valor global de **50.200 euros**. Com a Solsoc há um acompanhamento muito participado em termos de concepção, metodologias de formulação e monitoramento e a identificação de áreas de formação. Inclui a dinamização associativa rural, especialmente no sul do país, e urbana, nos bairros de Bissau.

d) ITÁLIA

A Ong **AIN** (**Associazione Interpreti Naturalistici**) caracteriza-se por disponibilizar uma assistência técnica muito competente, interventiva e que procura interpretar de forma participativa a realidade do terreno, encontrando sempre respostas consensuais aos desafios que se vão apresentando do ponto de vista ambiental e de ecoturismo. Com esta ONG desenvolvemos o projecto “Eco-Guiné” iniciado em 2007 e que se baseia na identificação de itinerários ecoturísticos no Parque de Cantanhez e na formação de guias e formadores ecoturísticos.

e) ESPANHA

O **Ayuntamiento de Elx** prosseguiu o seu apoio em 2009, no montante de **26.000 euros**, virado para o reforço do CENFOR de S.Domingos (instalação do laboratório de formação de instalação eléctrica domiciliárias e cursos de informática) bem como para o funcionamento da Ludoteca. Já está garantido o financiamento para 2010.

Com a **Fundação APY - Solidariedade em Acção**, iniciámos a nossa primeira colaboração através do projecto “Promover a Inovação para garantir a Segurança Alimentar”, no valor de **125.000 euros** e com a duração de 18 meses, tendo o mesmo sido sujeito a financiamento da AECID, com provável início em Setembro de 2010. Prefiguram-se já outros projectos no futuro.

Com a **Fundação Juan Perón-Pikolinos** iniciámos uma colaboração com as EVA, tendo-nos sido fornecido 4000 cadernos escolares para os alunos das EVA com o tema de capa “*vamos proteger o mangal*”. Estes cadernos foram distribuídos para os alunos de 11 escolas EVA da zona norte do país.



f) ALEMANHA

Com a ONG “**Tabanka**” pôs-se em prática um projecto no valor de **10.000 euros** que se traduziu na introdução de dois modelos de lâmpadas solares para os pequenos agricultores instalarem nas suas residências e melhorarem o acesso à luz nocturna. Igualmente foi fornecido um mecanismo para carregar baterias de telemóveis que se revelou um enorme sucesso. Com a receita da venda das lâmpadas prevê-se em 2010 apoiar a criação de 2 viveiros escolares em escolas EVA.

g) FRANÇA

Com a **VDPQ** (Federação Nacional dos Vídeos dos Países e Bairros) iniciámos uma boa colaboração considerando que os desafios são similares e visando dar aos produtores agrícolas, mulheres e jovens um instrumento para mostrar a sua visão da sociedade, marcar a agenda local. Em Abril de 2010 esta Federação participará no Festival Internacional das Televisões Locais na Eslováquia, onde irá apresentar um filme baseado na experiência das televisões comunitárias da Guiné-Bissau.

h) SENEGAL

Uma das estratégias da AD é o de identificar organizações que intervêm no Senegal e muito especialmente na Casamança, para promover intercâmbio de experiências e acções conjuntas de um e outro lado da fronteira.

Com a ONG **APRAN-SDP** colaborámos em 2009 em várias iniciativas pontuais como foi o do trabalho de definição da tipologia da fruticultura nos sectores de S.Domingos e Bigene e o levantamento dos produtos florestais não lenhosos dessa mesma zona. Prevê-se que em 2010 a AD e a APRAN-SPD concorram em conjunto a projectos apresentados pela União Europeia.

Com a Ong **OCEANIUM** prosseguiu-se a colaboração no domínio do repovoamento do mangal e no quadro do PREE (Programa Regional de Educação Ambiental).

i) Organizações Internacionais, Subregionais e Nacionais



A **União Europeia** tem sido o maior parceiro da AD cofinanciando grande parte dos nossos projectos como o Uanan, Konkobai, Woncame, Kasumai 2 e Quilombola. Está igualmente em fase de reestruturação local, com uma preocupação em reforçar a capacidade de intervenção das ong locais.

A **UICN** (União Mundial para a Natureza) permitiu alargar os parceiros da AD no domínio das organizações regionais que implementam projectos com uma forte componente ambiental, como o GPSirênes, tanto no Parque Nacional de Cantanhez como no Parque Nacional de Tarrafes de Cacheu.

Com o **IBAP** (Instituto da Biodiversidade e Áreas Protegidas) prosseguiu a colaboração no quadro dos Parques de Cantanhez e de Cacheu, na execução de pequenos projectos FIAL (Fundo de Iniciativas Ambientais Locais) e na procura de financiamento para o levantamento da Fauna de Cantanhez.

A **GPSirênes (PRCM)** surgiu em 2009 como um dos novos parceiros importantes da AD, tendo financiado os projectos “Levantamento dos produtos florestais não lenhosos e sua importância económica transfronteiriça”, “Festival cultural de S.Domingos - *Nó laba rustu di nó Guiné*” e “Apoio à criação da Área Transfronteiriça de Guiledje”, todos no valor de **16.290 euros**.



O **PAM** foi um parceiro activo no apoio aos projectos de recuperação de bolanhas para a orizicultura (“comida contra trabalho”) e no aproveitamento dos pequenos vales interiores dos sectores de Cubucaré, Bigene e Cacheu, em colaboração com a Coajoq. Em 2009 o PAM premiou a nível mundial uma das fotografias destes trabalhos, com o Prémio Menção de

Honra.

O **CTA** (Centro Técnico de Cooperação Agrícola e Rural), sediado na Holanda, apoiou a AD em termos de participação de um técnico no Simpósio Internacional da Horticultura no Quênia, envio de centenas de livros técnicos de agricultura que permitiram abrir 3 centros de documentação (um na sede da AD; outro na Sala Verde de S.Domingos e outro na Coajoq em Canchungo) e na formação de técnicos no Senegal na luta contra a mosca da fruta.

A AD passou a integrar a **COLEACP** (Comité de Liaison Europe-Afrique-Caraïbes-Pacifique), organização que concede apoio em livros técnicos, formação e assistência em pesquisa agrícola aos pequenos agricultores, especialmente no domínio da horto-fruticultura. Em 2009, foi assinado um protocolo de acordo com esta organização internacional no valor **de 8.000 euros**, onde se prevê a formação de agricultores e identificação de itinerários técnicos.

Com as **Rádios Rurais Internacionais**, com sede no Canadá, estabelecemos uma cooperação onde a AD recebe trimestralmente fichas de programas de rádio, de muito boa qualidade, que podem incluir temas agrícolas, de saúde, educação, nutrição, higiene, crédito, teatro radiofónico, etc., os quais são posteriormente adaptados e emitidos nas rádios comunitárias da Renarc.

Com o **Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural** foi rubricado um convénio de cooperação.

Com o **Ministério da Educação Nacional** verificou-se uma maior aproximação do modelo das EVA e apoio na realização do Festival Cultural de S.Domingos.

A **UNICEF** concedeu em 2009 um apoio de 750 litros de lixívia.

j) Individualidades

Continuamos a contar com a colaboração voluntária de pessoas e instituições, nacionais e estrangeiras que fazem da nossa ONG uma organização especial.

» o realizador **Adrezej Kowalski** não só pelo apoio continuado ao funcionamento das televisões comunitárias, como pelo seu contributo na concepção, implantação e formação dos quadros técnicos do Estudio de Gravação de Quelele, Bissom.

o Professor **Filipe Santos**, da Escola Superior de Leiria, incedível na procura de novas oportunidades da Internet para que as actividades, os desafios e as inovações da AD possam chegar a um número cada vez maior de pessoas e países.

» O professor belga **Hubert Lelotte** e a sua companheira de sempre **Marie Claire**, vieram ao país para testemunhar o reconhecimento que os professores e alunos (alguns deles, já professores) lhe têm como parceiros de primeira hora da criação das Escolas de Verificação Ambiental, hoje reconhecidas na subregião africana como um modelo de escola para mudar a tabanca.

» **António Camilo** foi dos principais apoiantes na reabilitação da construção da Capela do ex-quartel de Guiledje, tendo mobilizado outros não só em material de construção como nas imagens litúrgicas, como foi o caso do Dr. **Luis Branquinho Crespo**.

» **Bloque “Luís Graça e Camaradas da Guiné”**, continuou a assumir um importante papel de divulgação das nossas actividades e de sensibilização dos seus membros para apoiar iniciativas como a reconstrução da Capelinha de Guiledje, distribuição de sementes hortícolas e instalação de painéis solares para a captação de água.

» porque, como quem sai aos seus não degenera, **Isabel Kowalski**, filha do André, este ano formou uma dezena de jovens quadros da AD no manejo de máquinas fotográficas digitais e no tratamento dessas fotografias; e **João Graça**, filho do *Luís do Blogue* da Tabanca Grande, empregou parte das suas férias a dar consultas aos agricultores, mulheres e crianças de Cantanhez. Mais um ponto em comum: deixaram Bissau com uma lágrima no canto do olho...do deles e do nosso.

E

ENGAJAMENTOS PARA 2010

Os compromissos globais da AD para 2010 centram-se nos seguintes pontos:

1. Engajamentos Globais:

» Considerar este ano como o “**Ano da Vulgarização**”, em termos de formar e capacitar os seus quadros nos domínios da agricultura, pôr as rádios comunitárias a incrementar programas de divulgação agrícola e procurar apoiar as associações locais com a introdução de tecnologias inovadoras e adaptadas às condições económicas, sociais e culturais dos agricultores, numa perspectiva de priorizar a segurança alimentar.

» Integrar e dinamizar a criação do embrião de um “núcleo duro” de ONG nacionais e estrangeiras (eventualmente com a designação de **OGB**, ong da Guiné-Bissau) que partilham os mesmos valores e práticas de desenvolvimento e se reservam o papel de serem elas próprias e não os instrumentos de subdesenvolvimento das que se pautam por lógicas de contornos estritamente económicos e financeiros. O surgimento desta iniciativa tem de se pautar, por parte dos seus promotores, numa lógica de pensar grande, começar pequeno e agir imediatamente.

» Promover, em colaboração com o IMVF, a realização em Novembro de 2010 em Cacheu do **Festival Cultural Quilombola**, com a participação de brasileiros descendentes dos antigos escravos que foram traficados para o Brasil e de caboverdianos, enquanto entreposto de escravos.

» Começar a preparação para a realização da **Primeira Conferência Nacional das Escolas Ambientais da Guiné-Bissau**, a ter lugar na Páscoa de 2011, onde serão abordados temas relacionados com a prestação de serviços das EVA à comunidade, a formação pluridisciplinar dos professores, o papel dos professores dentro e fora da escola, a ecopedagogia, a importância do olhar dos alunos sobre o ambiente, o papel das comunidades nas escolas e a forma como as EVA podem mudar a tabanca.

2. Engajamentos do PIC:

» Criação da **Rede EVA de Cantanhez**, a partir de um núcleo inicial de 5 escolas EVA, selecionadas pelo dinamismo do seu professor-director e interesse pelas questões ambientais. Para além de um trabalho específico dos alunos na identificação e caracterização da sua ecozona, cada EVA deverá procurar desenvolver actividades e intercâmbio com a EVA do PAN com a qual está geminada.

» Considerar prioritária a intervenção na **zona transfronteiriça de Guiledje**, não só nas questões referentes à gestão dos recursos florestais e faunísticos, preservação e demarcação dos corredores de animais selvagens, como aos ligados à luta pela segurança alimentar, acesso à água, fruticultura e transformação dos produtos agrícolas. Dar-se-á preferência às EVA da linha da fronteira com a Guiné-Conakry.

» Com a **UAC** (União dos Agrupamentos de Cubucaré) procurar-se-á uma nova fórmula de organização baseada no envolvimento activo dos agricultores e agrupamentos mais dinâmicos, em detrimento da sua concentração em leberém, à volta dos “clássicos” dirigentes centralizadores.

3. Engajamentos do PAN:

» Apostar fortemente no reforço da **UPAI** (União dos Pequenos Agricultores de Ingoré), tendo em conta a necessidade de definir os seus desafios locais, regionais e nacionais, em função de uma reflexão sobre os desafios da agricultura da sua região e das opções organizativas internas (estrutura, papel das associações membro, agricultores-vulgarizadores, protagonismo)

» O **CENFOR** (Centro de Formação Rural) de S.Domingos, iniciará uma nova componente de formação profissional no domínio da electricidade doméstica, formará monitoras de infância e estabelecerá um programa de cursos de formação agrícola, incluindo o de agricultores-vulgarizadores.

» A **cooperação transfronteiriça** com as organizações, ong e associações de agricultores dos dois países, centrada na agricultura, pesca, segurança alimentar, gestão dos recursos ambientais e procura de mecanismos de promoção de cultura e paz.

4. Engajamentos de Quelélé:

» A **EAO** (Escola de Artes e Ofícios) dará prioridade à melhoria e aperfeiçoamento dos currículos dos seus cursos adaptando-os ao contexto das

necessidades do mercado local, a uma cada vez maior venda de serviços às entidades oficiais, ong e organismos especializados que começam a reconhecer nesta Escola a seriedade e qualidade das suas formações e, finalmente, na capacitação dos seus monitores, na sua actualização e no estabelecimento de critérios de performance pedagógica e profissional.

» Lançamento em meados de 2010 do Primeiro **Álbum dos Fidalgos** com 7 músicas de coro, não instrumental, intitulado “Ai Bissau”, para contribuir na divulgação de uma imagem de Cultura e História da Guiné-Bissau que contrarie aquela que outros, persistentemente, se avocam o direito e a exclusividade de a destruir à força de *canhonaços*.

» Início da construção da **Academia de Ginástica** destinada a apoiar os jovens e os eternamente jovens a aceder a um serviço de manutenção física segundo preceitos de rigor e qualidade.

Bissau, Janeiro de 2010